

tâncias desfavoráveis, a começar pela incapacidade do governo central de implementar medidas contrárias aos interesses dos proprietários.

Quando o Poder Moderador assumiu um posicionamento contrário aos proprietários, no comando do processo de abolição da escravatura, ele o fez porque, apesar das dificuldades que tal processo engendrava, havia uma forte pressão externa que, de certa forma, "garantia sua continuidade". Nesse momento, o pacto entre o Rei e os barões sofreu um perigoso abalo, chegando até mesmo a ser questionada a manutenção do regime monárquico. Entretanto, quando o governo central recuou na sua decisão de implementar a sua política de terras, a monarquia foi vista como o melhor dos regimes e, como salienta José Murilo, com Poder Moderador e tudo mais.

O autor conclui que o sistema político Imperial pode ser perfeitamente comparado a um grande teatro, um "Teatro de Sombras". A representação política e o teatro têm, de uma forma geral, vários aspectos em comum: ambos misturam realidade com ficção, precisam atuar em palcos determinados e contam com atores que desempenham papéis específicos. Para José Murilo, em política, a ficção é a mola mestra que sustenta a estrutura de poder. Senão, como explicar a crença de uma população em uma só pessoa como representante de seus interesses? A monarquia em especial revela com maior clareza as formas teatrais que envolvem o poder, principalmente no que tange ao simbolismo da figura do Rei. No caso específico do Sistema Imperial Brasileiro, a política, além de ser um teatro, estava envolta por sombras projetadas que cada ator lançava sobre o outro. Os proprietários apoiavam a monarquia, mas se sentiam marginalizados pelo Rei; este, por sua vez, utilizava-se de uma feição democrática, sendo um Poder Moderador passível de ser arbitrário. Os atores, portanto, não sabiam ao certo qual o papel a ser desempenhado e como deveriam ser as suas posturas no desenrolar da peça.

O final do Sistema Imperial Brasileiro vem reforçar a concepção teatral salientada. A realidade volta novamente a misturar-se com a ficção, como num grande baile em que vilões e vítimas confraternizam.

CARVALHO, Ruy de Quadros. (1987). *Tecnologia e Trabalho Industrial*. São Paulo: L & PM Editores S/A.

*Bruno Cunico Jr.**

O estudo de Carvalho, baseado na sua tese de mestrado na área de Ciência Política, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, pro-

* Aluno do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

cura avaliar as implicações das inovações tecnológicas sobre a utilização e controle da força de trabalho no Brasil. Num país onde há altos níveis de desemprego e subemprego estruturais, esta questão mostra-se complexa e até mesmo paradoxal, pois o processo de automação pode ser uma ameaça potencial ao mercado de trabalho; mas a opção pela não-automatização, por sua vez, pode acarretar maiores prejuízos sociais, pois redundaria na perda de competitividade da indústria e conseqüente redução de mercados, produção e empregos. Nela inserido temos o capital que, através do desenvolvimento e difusão de novas tecnologias – politicamente condicionadas –, procura estabelecer o controle sobre o processo de trabalho. A tecnologia assim produzida pela relação representada pelo capital é utilizada como forma de dominação social.

Como ponto de partida para seu estudo, o pesquisador teria de escolher um setor econômico representativo das mudanças em curso. Acertadamente optou pela indústria automobilística, em decorrência dos elevados investimentos na automação com controle eletrônico que nesta ocorrem, e por concentrar uma classe trabalhadora que se tem mostrado, nos últimos anos, mais organizada e combativa (o ABC paulista).

Antes da análise propriamente dita, Carvalho estabeleceu alguns princípios teórico-metodológicos sobre conceitos nos quais basearia seu trabalho. A seguir traça um perfil histórico-estrutural da força de trabalho num momento anterior ao presente ciclo de inovações tecnológicas, quando a utilização e controle da mão-de-obra se davam através de superexploração, baseada na rotatividade, baixos salários e intensificação da jornada de trabalho.

Esse quadro era legitimado pelas condições econômicas e políticas da época (anos 70). No plano econômico, tínhamos um mercado interno que, protegido e em expansão, apresentava uma baixa competitividade, dando às empresas ampla liberdade para auferir lucros excepcionais, em detrimento dos efeitos prejudiciais à produtividade e padrão de qualidade dos produtos e dando-se às expensas da classe trabalhadora, que não tinha nenhum poder de barganha para alterar ou mesmo amenizar a situação vigente.

No plano político, tínhamos a presença de um governo militar-autoritário que, através de forte repressão, impedia qualquer militância político-sindical. Além disso, tinha-se também a tecnologia que, baseada em princípios "tayloristas", permitia a parcelização e desqualificação do trabalho abrindo, assim, caminho para a rotatividade da mão-de-obra. Nesse sentido, através de consistente análise, Carvalho conseguiu dar-nos a genealogia da indústria e da classe trabalhadora atuais.

No final dos anos 70, com o aprofundamento da crise econômica e política no país, as empresas automobilísticas viram-se obrigadas a adaptar-se à nova situação; a saída encontrada foi a procura de novos mercados, que tem como carro-chefe a exportação. Nesse sentido há a preocupação de tornar seus produtos mais competitivos, adotando modelos com padrões de qualidade e custos aceitáveis no mercado mundial.

Introduziram-se, para tanto, equipamentos automatizados de base mi-

croeletrônica (AME) que, implantados em pontos estratégicos da indústria, permitem melhorar a qualidade dos produtos e facilitar o escoamento do fluxo produtivo, com o conseqüente aumento da produtividade.

No que tange às implicações dessa incipiente tecnologia, observa-se que ela está associada ao condicionamento de novas práticas de uso e controle do trabalho, que interagem com mudanças políticas e econômicas e conseqüente relacionamento entre capital e trabalho.

Há um processo de qualificação/desqualificação do trabalhador, que passou a significar uma peça importante para a obtenção do alto nível de qualidade do produto. Isso porque as novas indústrias, cada vez mais baseadas na lógica dos processos contínuos, precisam de alto grau de interação, exigindo-se da mão-de-obra atenção, rapidez de intervenção, interesse e responsabilidade.

As empresas, diante da necessidade desta nova mão-de-obra, mudaram sua política no sentido de adquirir a confiança dos trabalhadores havendo, portanto, a disposição ao diálogo e o interesse na sua estabilidade.

Por outro lado, com essa nova tecnologia, pode-se observar o aumento no ritmo do trabalho, que passa a ser marcado pela cadência das máquinas. Há, portanto, um controle técnico visando um melhor aproveitamento do tempo de trabalho.

Com esse controle, a empresa impõe o ritmo que lhe convém aos trabalhadores adotando, assim, um sentido político. Com isso, reconquista a parcela de poder perdida para os trabalhadores quando, a partir de 1979, através da organização de comissões de empresa, alteraram as relações de poder ao nível das fábricas, ficando patente a apropriação do tempo de trabalho dos trabalhadores pelo capital que, utilizando-se da tecnologia, eleva a produtividade global.

Finalizando a análise, verifica-se que as mudanças ocorridas no quadro da mão-de-obra das montadoras no Brasil se devem à atuação integrada das forças de mudanças políticas, econômicas e tecnológicas e que, no futuro, haverá a tendência ao aumento das exigências de qualificação das categorias de trabalho. Por sua vez, a reação da classe trabalhadora a essa nova realidade torna-se de importância crucial, pois a tecnologia de produção baseada em controles eletrônicos é intrinsecamente flexível, apresentando diferentes possibilidades de utilização.

Com este estudo, Carvalho, utilizando-se da vasta informação empírica conseguida no projeto conjunto OIT/PNUD/CNRH/IPEA, do qual fez parte, trouxe contribuições decisivas para o tema abordado, tornando-o, assim, uma leitura obrigatória para todos os que se interessam pelos rumos da nova indústria e composição da classe trabalhadora brasileira.